

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 22 de maio de 2024 às 07h53*  
*Seleção de Notícias*

Folha de S. Paulo | BR

Direitos Autorais	
CEO do Google defende uso gratuito de conteúdos na internet para treinar IA .....	3
MERCADO	

O Globo Online | BR

21 de maio de 2024   Direitos Autorais	
Conselho da União Europeia aprova Lei de Inteligência Artificial, com regulação da nova tecnologia .....	5
ECONOMIA E NEGÓCIOS	
Marco regulatório   INPI	
Genérico ou de marca: qual a diferença entre os remédios? E por que um é tão mais barato? ...	8
ÚLTIMAS NOTÍCIAS	

Agência Senado | BR

21 de maio de 2024   Patentes	
CCT volta a debater propriedade intelectual de fármacos para uso humano .....	10
NOTÍCIAS	

Consultor Jurídico | BR

21 de maio de 2024   Marco regulatório   INPI	
Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal? .....	12

Jota Info | BR

Patentes	
A importância da propriedade intelectual no setor de energia .....	16
JOSÉ EDUARDO FARIA   GRASIELLE CASTRO   ANA FRAZÃO   MARIANA PINHEIRO	

Lauro Jardim - O Globo Online | BR

21 de maio de 2024   Propriedade Intelectual	
Justiça condena Sicoob a indenizar agência por uso indevido de slogan após fim de contrato ....	19
BLOGS   AUTOR   RODRIGO CASTRO	

Migalhas | BR

21 de maio de 2024   ABPI	
MIGALHAS nº 5.854 .....	20
AMANHECIDAS	

# CEO do Google defende uso gratuito de conteúdos na internet para treinar IA

MERCADO

MICROSOFT APRESENTA FERRAMENTAS PARA CRIAÇÃO DE SOFTWARE DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

TEC

são paulo O CEO do Google, Sundar Pichai, defendeu a possibilidade de que conteúdos disponíveis na **internet** sejam usados gratuitamente para treinar modelos de IA (inteligência artificial).

Na avaliação dele, quando uma empresa consegue criar soluções que melhorem toda a comunidade, não é necessário pagar para acessar conteúdos protegidos por **direitos** autorais. "Há casos em que cabe o argumento do uso honesto."

O "fair use", como é chamado em inglês, é uma exceção do **direito** autoral que costu-

ma ser reivindicada em certas situações. Uma delas é em casos de interesse público, que justifica, por exemplo, a reprodução de textos, artes, fotos ou vídeos na comunidade científica e na imprensa. Já situações comerciais, geralmente, desqualificam o argumento do uso honesto.

O executivo evocou essa prerrogativa para responder sobre os planos do Google para remunerar produtores de conteúdo que tiveram suas obras usadas com o fim de treinar modelos de inteligência artificial. A declaração foi dada em entrevista ao pod-

cast do Verge, site especializado em tecnologia.

Veículos jornalísticos, blogueiros e criadores de conteúdo, que recebem leitores redirecionados pelo Google, expressaram preocupação na última semana com a nova ferramenta do buscador: o AI Overviews (algo como apanhado de IA), que responde a con-

sultas de usuários com um texto curto. A resposta gerada por IA vem acompanhada de dois a três links de referência.

Especialistas ouvidos pela Folha dizem que a tecnologia pode representar ameaça existencial ao financiamento

da imprensa e empobrecer a diversidade da **internet**.

Donos de sites que tiveram conteúdos apropriados pelo Google para desenvolvimento da tecnologia não receberam notificação da prática.

Para Pichai, a melhoria na experiência de navegar na **internet** proporcionada pelo AI Overviews pode também aumentar o número de leitores de alguns sites. Isso justificaria o "fair use" e o não pagamento de **direitos** autorais.

O executivo ainda reforçou o argumento divulgado em anúncio do Google de que os endereços referenciados pelo AI Overviews nos resumos recebem mais cliques do que os links que aparecem na lista comum do buscador.

A empresa, contudo, não divulgou os dados que embasa-

ram a informação.

"Sabendo do seu histórico na discussão sobre o uso honesto, eu não vou me aprofundar no argumento" respondeu o executivo ao entrevistador e editor-chefe do Verge, Nilay Patel.

O jornalista apontou incongruências entre o comportamento do Google nas buscas com a postura protecionista do YouTube com os **direitos** autorais de vídeos e músicas - as duas plataformas são con-

Continuação: CEO do Google defende uso gratuito de conteúdos na internet para treinar IA

troladas pela mesma holding, a Alphabet. O site de vídeos tem restringido conteúdos produzidos por inteligência artificial, após reclamações de gravadoras que disponibilizam músicas na plataforma.

Para a professora Anya Schiffrin, diretora de tecnologia, mídia e comunicações da Uni-

versidade Columbia, em Nova York, assigantes da tecnologia, como o Google, se aproveitam do controle que detêm sobre os dados para obter vantagens no mercado e, por isso, não compartilha m informação.

Sem citar nomes, Pichai disse que a empresa já negocia parceria com alguns produtores de conteúdo no desenvolvimento de LA, mas não especificou se a parceria seria para licenciar produções jornalísticas ou artísticas.

Pichai diz entender que os donos de sites possam ficar assustados durante esse período de "grande transformação" "As pessoas nem sempre vão concordar com tudo o que fazemos. Quando se gerencia um ecossistema, é preciso equilibrar as diferentes demandas." Pedro S. Teixeira

# Conselho da União Europeia aprova Lei de Inteligência Artificial, com regulação da nova tecnologia

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Legislação poderá definir padrão para definição de parâmetros para o desenvolvimento da nova tecnologia

O Conselho da União Europeia (UE) aprovou ontem a Lei de Inteligência Artificial, considerada uma das mais abrangentes iniciativas de regulação da nova tecnologia.

Com uma abordagem baseada nos riscos - quanto maior o risco de que uma atividade cause danos à sociedade, mais duras são as regras - , a legislação europeia poderá estabelecer um padrão de regulação da inteligência artificial (IA).

Com a aprovação no Conselho, a nova lei será publicada no Diário Oficial da UE nos próximos dias e entrará em vigor 20 dias após a publicação. Pelas regras da própria legislação, a regulação será aplicada dois anos depois, com "algumas exceções" para casos específicos, segundo comunicado divulgado pela UE.

Os países da UE chegaram a um acordo sobre a nova lei em dezembro passado. Em março deste ano, o texto legal foi aprovado pelo Parlamento Europeu. A aprovação pelo Conselho da UE é a etapa final.

"A nova lei tem como objetivo promover o desenvolvimento e a adoção de sistemas de IA seguros e confiáveis em todo o mercado único da UE, tanto por atores privados quanto públicos. Ao mesmo tempo, visa garantir o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos da UE e estimular o investimento e a inovação em inteligência artificial na Europa", diz o comunicado divulgado ontem pela UE.

O jogo dos seis erros da inteligência artificial 1 de 12

O que foi informado ao sistema: imagem hiper-realista retrata um homem tirando uma selfie com os amigos em um cinema lotado. As pessoas assistem a uma comédia e riem muito - Foto: Imagem gerada por Midjourney 2 de 12

No cinema. A figura que segura o celular tem as mãos deformadas - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade 12 fotos 3 de 12

Harmonia: Um maestro conduz uma orquestra, rege com energia, a câmera está de costas para o maestro, os músicos estão de frente para a câmera, ele toca a Nona Sinfonia de Beethoven - Foto: imagem gerada por IA/Midjourney 4 de 12

Regência. A imagem exhibe mão direita do maestro com dedo alongado. E a batuta se assemelha a um arco de violino - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade 5 de 12

O que foi informado ao sistema de inteligência artificial: imagem exhibe uma pessoa com os braços cruzados, não foi solicitado que aparecesse o rosto - foto: imagem criada por IA/Midjourney 6 de 12

Em excesso. Imagem gerada por inteligência artificial mostra uma pessoa com mais um braço - Foto:

Continuação: Conselho da União Europeia aprova Lei de Inteligência Artificial, com regulação da nova tecnologia

Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade 7 de 12

Alegria: Uma criança sorri imensamente feliz e até grita de boca aberta de tanta felicidade quando recebe um presente. Esta imagem serve como uma prova do poder da felicidade - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney 8 de 12

Sorriso assustador. O dente da criança que recebe o presente se confunde com a gengiva - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade 9 de 12

Dueto inusitado: Produção exhibe a cantora brasileira Anitta cantando com o líder do Coldplay, Chris Martin, dançando e cantando no palco, com luz de neon - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney 10 de 12

Atenção ao vocalista. A mão direita do cantor Chris Martin aparece com seis dedos - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade 11 de 12

Apreciando a vista. Um grupo de capivaras com a cidade do Rio de Janeiro ao fundo, em um dia de garoa, imagem no estilo de publicações voltadas para a vida animal - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney 12 de 12

É esse animal mesmo? Capivara aparece de rabo e mais parece um rato - Foto: Imagem gerada por IA/Midjourney X de 12 Publicidade Os erros da IA A nova lei tem como objetivo abordar as preocupações sobre preconceito, privacidade e outros riscos da IA, segundo reportagem de março da agência Bloomberg, que registra uma preocupação das empresas de tecnologia, para as quais a lei seria abrangente demais.

A lei não cita especificamente a remuneração do conteúdo usada pelas plataformas de IA, mas determina que essas ferramentas respeitem as leis europeias de **direitos** autorais.

Compromissos voluntários Também ontem, as principais empresas de tecnologia anunciaram que pretendem aderir a uma nova rodada de compromissos voluntários sobre segurança da IA, informaram os governos do Reino Unido e da Coreia do Sul, antes da abertura de uma cúpula global sobre a tecnologia, em Seul.

Segundo o jornal Financial Times, as gigantes da tecnologia Amazon, Google, Meta e Microsoft, bem como a OpenAI, a xAI, de Elon Musk, e a desenvolvedora chinesa Zhipu AI, estão entre as empresas que assumiram compromissos voluntários.

Inteligência artificial: ferramenta recria personagens icônicos com traços 'realistas'; veja imagens 1 de 13

Paulista Hidreley Dião usa Photoshop e inteligência artificial para 'dar vida' a personagens icônicos - Foto: Reprodução/Instagram 2 de 13

Assim seria o Snoopy em sua vida real, de acordo com a IA - Foto: Copilot X de 13 Publicidade 13 fotos 3 de 13

Homer e Marge Simpson, na criação de Hidreley Dião - Foto: Reprodução/Instagram 4 de 13

Moe, dono do bar frequentado por Homer Simpson, na criação de Hidreley Dião - Foto: Reprodução/Instagram X de 13 Publicidade 5 de 13

Princesa Aurora, mais conhecida como Bela Adormecida, segundo ferramenta de Inteligência Artificial - Foto: Reprodução/La Nacion 6 de 13

Na quarta imagem, Shrek parece diferente de todas as outras imagens por ter cabelos grisalhos e barba - Foto: Copilot X de 13 Publicidade 7 de 13

Esta é a aparência de Shrek e Burro na vida real, de acordo com o Copilot - Foto: Copilot 8 de 13

Paulista Hidreley Dião usa Photoshop e inteligência

Continuação: Conselho da União Europeia aprova Lei de Inteligência Artificial, com regulação da nova tecnologia

artificial para 'dar vida' a personagens icônicos - Foto: Reprodução/Instagram X de 13 Publicidade 9 de 13

Paulista Hidreley Dião usa Photoshop e inteligência artificial para 'dar vida' a personagens icônicos - Foto: Reprodução/Instagram 10 de 13

Paulista Hidreley Dião usa Photoshop e inteligência artificial para 'dar vida' a personagens icônicos - Foto: Reprodução/Instagram X de 13 Publicidade 11 de 13

Esta é a aparência de Johnny Bravo na vida real, segundo Copilot - Foto: Co-piloto 12 de 13

Esta é a aparência de Johnny Bravo na vida real, segundo Copilot - Foto: Co-piloto X de 13 Publicidade 13 de 13

Bob Esponja na "vida real" - Foto: Copilot Os com-

promissos incluem o desligamento de sistemas se não conseguirem controlar os riscos mais extremos. O anúncio se baseia na chamada Declaração de Bletchley, feita na primeira Cúpula de Segurança de IA, organizada pelo primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, em novembro.

No evento de Seul, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, chamou a atenção para os riscos, em um discurso por vídeo:

- Não podemos entrar em um futuro distópico em que o poder da IA é controlado por poucas pessoas, ou pior, por algoritmos além da compreensão humana.

Webstories

# Genérico ou de marca: qual a diferença entre os remédios? E por que um é tão mais barato?

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Legislação brasileira permite que, após o fim da patente, outros laboratórios repliquem medicamentos em versões mais em conta, porém com o mesmo desempenho

Na ida à farmácia, é comum encontrar diferentes versões de um mesmo medicamento. Alguns com um nome comercial, enquanto outros vendidos apenas sob o nome do princípio ativo - a molécula que compõe aquele remédio. Mas afinal, quais são as diferenças entre os fármacos de referência e os similares, também conhecidos como os de marca, e os genéricos? E por que os genéricos são tão mais baratos?

O remédio de referência é o inovador, ou seja, o que foi o primeiro criado por uma farmacêutica. Isso quer dizer que esse laboratório arcou com todos os custos relacionados ao seu desenvolvimento, como a identificação do potencial terapêutico daquela molécula e os testes clínicos robustos que comprovam a sua segurança e eficácia.

Por isso, quando a criação daquele remédio chega ao fim, e ele é aprovado para a venda pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), o custo é mais elevado, já que todos os valores gastos para desenvolvê-lo serão repassados para o consumidor.

Isso geralmente faz com que o seu nome comercial seja atrelado àquela substância. É o caso, por exemplo, da isotretinoína, medicamento muito utilizado para o tratamento da acne grave. Ele foi desenvolvido pelo laboratório Roche, que passou a comercializá-lo com o nome de Roacutan. Hoje, existem genéricos da isotretinoína, mas o Roacutan foi o primeiro.

Já os similares e os genéricos são medicamentos com aquele mesmo princípio ativo que podem ser desenvolvidos por outros laboratórios depois que a patente do remédio original chega ao fim. No caso dos similares, eles também carregam um nome comercial e, por isso, são conhecidos como remédios de marca. Mas, na prática, há poucas diferenças para o genérico, que são vendidos apenas com o nome do princípio ativo.

Segundo Tiago de Moraes Vicente, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos e Biossimilares (PróGenéricos), a patente dos medicamentos originais dura 20 anos. O período começa a contar a partir do momento em que o pedido de patente junto ao **Instituto** Nacional de Propriedade Industrial (**INPI**) é depositado.

- Após o fim da patente, a venda de determinado medicamento perde a exclusividade pelo laboratório produtor e pode ser desenvolvido por outros laboratórios que criarão medicamentos similares e genéricos. Medicamentos genéricos e similares não possuem custos de pesquisa e desenvolvimento, o que permite que sejam disponibilizados no mercado com preços mais acessíveis à população - explica Marcela Amaral, gerente de Acesso e Precificação do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma).

Por lei, os genéricos precisam ser ao menos 35%



Continuação: Genérico ou de marca: qual a diferença entre os remédios? E por que um é tão mais barato?

mais baratos que os remédios de referência. Na prática, essa redução é ainda maior. Um estudo publicado no periódico *Economia e Sociedade* neste ano, do qual Amaral fez parte, analisou os preços nas drogarias do país e mostrou que genéricos costumam ser 59% mais baratos. Já os similares, ainda que não sejam obrigatoriamente mais baratos, geralmente têm o custo 15% inferior.

Segundo a pesquisadora, como para o similar é permitido fazer uso de uma marca comercial, de propaganda e de apresentação do produto aos prescritores, isso gera mais custos. No entanto, em termos de segurança e eficácia, tanto ele, como o genérico, precisam submeter à [Anvisa](#) estudos de bioequivalência que comprovem terem o mesmo desempenho do remédio original.

Por isso, um remédio de referência pode ser trocado por um genérico ou por um similar mais barato, sem causar prejuízo ao tratamento. Apenas a troca de um similar por um genérico, ou vice versa, é que não pode ser feita, já que os estudos de comparação de cada um foram feitos com o medicamento original, e não entre si.

- Na prática, medicamentos genéricos e similares intercambiáveis são iguais aos seus medicamentos de referência e podem ser utilizados pela população sem medo de perder a qualidade, eficácia ou segurança - diz Amaral.

Por que similares e genéricos são diferentes? Para entender por que depois do fim de uma patente podem existir remédios similares ou genéricos, é preciso voltar no tempo. Os similares foram os primeiros a surgirem no mercado brasileiro após uma mudança na legislação em 1971.

Na época, por meio da Lei nº 5.772, o Brasil passou a não reconhecer patentes para remédios, situação que

perdurou até 1996. Nesse momento, os laboratórios nacionais começaram a produzir fármacos semelhantes a outros inovadores que haviam sido lançados. Alguns anos depois, em 1976, a classe dos medicamentos similares foi oficializada por meio da Lei nº 6360.

A medida, no entanto, não exigia que eles fossem submetidos aos mesmos testes ou que fosse comprovada a mesma biodisponibilidade e bioequivalência em relação ao original. Por isso, embora fossem vendidos com preços mais baixos, geravam desconfiança de farmacêuticos, médicos prescritores e da população em geral.

Já em 1999, logo após a patente para os remédios ter voltado a valer no país, o Brasil criou a política de medicamentos genéricos por meio da Lei nº 9.787, a Lei dos Genéricos. A medida estabeleceu que os medicamentos deveriam ser 35% mais baratos, carregar apenas o nome do princípio ativo e apresentar estudos que comprovassem a equivalência em qualidade, eficácia e segurança com os de referência.

Por isso, eles rapidamente se popularizaram - segundo dados da ProGenéricos, hoje são 75% dos medicamentos mais prescritos no Brasil. Mas, ao longo das últimas décadas, a [Anvisa](#) também determinou a necessidade de estudos que comprovem a equivalência em relação ao fármaco original para os similares.

Logo, na prática, hoje o genérico é obrigatoriamente mais barato e vendido apenas com o nome do princípio ativo, enquanto o similar pode ter o preço semelhante ao de referência e é comercializado com um nome comercial diferente. Fora isso, explicam os farmacêuticos, não há diferenças entre eles.

# CCT volta a debater propriedade intelectual de fármacos para uso humano

NOTÍCIAS



A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoverá nesta quarta-feira (22), às 11h, a segunda audiência pública sobre o acesso aos resultados de testes e ensaios clínicos prévios à aprovação de remédios pela **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**). As normas em vigor há 22 anos permitem que esses dados sejam consultados e posteriormente utilizados, principalmente por fabricantes de medicamentos genéricos, sem a necessidade de realização de ensaios próprios.

Em termos técnicos, o requerimento para a audiência (REQ 27/2023), de autoria do senador Izalci Lucas (PL-DF), propõe discutir a Proteção Regulatória do Dossiê de Testes (PRDT) para produtos farmacêuticos destinados ao uso humano. Segundo o parlamentar "a importância da PRDT na promoção da inovação foi reconhecida por mercados desenvolvidos e em desenvolvimento". Chile, México e Colômbia vedam o acesso aos dados por um período fixo de cinco anos. No caso da União Europeia, a exclusividade para as farmacêuticas que realizaram os ensaios (fases pré-clínica e clínica) é de 10 anos. Nos Estados Unidos, é de 5 a 12 anos.

No Brasil, embora os dados sejam de pronto disponibilizados, um laboratório só pode repetir a fórmula original depois da queda da patente do

medicamento de referência, segundo informa o Conselho Federal de Farmácia (CFF)

De acordo com a justificativa de Izalci, a partir de 2002 começou a vigorar no Brasil a PRDT para produtos veterinários e agrícolas (Lei 10.603, de 2002), tendo sido excluídos explicitamente os produtos para uso humano. Ele aponta que é de fundamental importância que o Senado discuta as consequências da adoção da PRDT, seus impactos e benefícios para pacientes, para as indústrias de genéricos e inovadoras, assim como para a economia brasileira.

Segundo um relatório da consultoria Copenhagen Economics, a PRDT para humanos no Brasil poderia aumentar em quase 40% a oferta de medicamentos inovadores lançados globalmente nos últimos cinco anos e favorecer as indústrias de genéricos e biossimilares. Por outro lado, estudos em outros países indicaram que o sigilo dos dados pode levar a um aumento de gastos nos tratamentos de saúde no curto prazo, que foram diluídos após o período de cinco a dez anos.

Na audiência anterior, em 15 de maio, os especialistas ouvidos pela CCT manifestaram preocupação com a possibilidade de o PRDT diminuir o acesso da população aos remédios genéricos, com a queda na participação das farmacêuticas nacionais no mercado e aumento dos preços dos medicamentos.

Foram convidados para o debate desta quarta Renato Porto, presidente-executivo da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**); Jussanã Cristina de Abreu, chefe de posto de Gestão da Qualidade e Propriedade Intelectual da **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**); Marcela Vieira, assessora regional de Advocacy para América Latina da Organização Médicos Sem Fronteiras;

Continuação: CCT volta a debater propriedade intelectual de fármacos para uso humano

Tiago de Moraes Vicente, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos **Genéricos** e Biossimilares (Pró-Genéricos); Ricardo Lobato Torres, professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Laís Alves de Souza Bonilha, coordenadora da Comissão Nacional de Éti-

ca em Pesquisa (Conep); e um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

# Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal?



Em fevereiro de 2024, foi apresentado um projeto de lei para alterar a Lei da Propriedade Industrial brasileira (Lei 9.279/96) e permitir que um sistema Opinião Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal?

é juíza federal no Rio de Janeiro juíza auxiliar na Corregedoria Nacional de Justiça e membro do Centro de Pesquisas Judiciais da AMB.

Em fevereiro de 2024, foi apresentado um projeto de lei para alterar a Lei da Propriedade Industrial brasileira (Lei 9.279/96) e permitir que um sistema de inteligência artificial (IA) possa ser autor de uma invenção gerada de forma autônoma. A patente seria requerida em nome do sistema de IA, que seria o inventor e o titular dos direitos inerentes à invenção. Até onde se sabe, não há projeto de lei semelhante no mundo.

Freepik

Agora voltemos no tempo cerca de 150 anos. O ano era 1879, quando Thomas Edison inventou a lâmpada elétrica e requereu sua patente. Talvez seja ele um dos inventores mais conhecidos da humanidade e um bom exemplo para ilustrar que a invenção é até hoje considerada uma criação da inteligência humana, daí o evidente grau de antropocentrismo do sistema

de **propriedade** intelectual adotado mundialmente. As leis dos diversos países protegem o que a mente humana cria.

Os sistemas de inteligência artificial desafiam essa ideia ao produzirem trabalhos inovadores que, caso fossem originados por pessoas, poderiam preencher os requisitos de patenteabilidade. Os institutos oficiais de patentes, a exemplo do brasileiro (Instituto Nacional da Propriedade Industrial - **INPI**), e o Judiciário de diversos países vêm tendo que decidir se devem ou não considerar sistemas de IA como inventores, em situações em que há uma mínima participação humana no processo inventivo.

É o caso do Dabus, o primeiro sistema de IA listado como inventor em pedidos de patentes perante alguns países, ocasião em que se indicou proprietário da máquina, Stephen Thaler, como requerente e titular das patentes, e a inteligência artificial - e não uma pessoa física - como inventora. O inventor tem o direito moral de ser nomeado como o autor da invenção e o titular da patente exerce os direitos patrimoniais, como o recebimento de royalties.

Dabus é descrito pelo seu criador como uma máquina de criatividade, que teria gerado duas invenções de forma autônoma e sem participação humana. As invenções geradas por Dabus são muito simples, uma luz de emergência e um recipiente de alimentos, mas poderiam preencher os requisitos de patenteabilidade (novidade, atividade inventiva e aplicação industrial). O problema é a autoria. Se o autor fosse humano, as criações seriam protegidas. Sendo geradas pelo Dabus, com uma mínima participação humana, o robô pode ser inventor? Quais as soluções jurídicas apresentadas atualmente?

Para início de conversa, é preciso lembrar que os sistemas de IA estão baseados em um programa de computador que já tem proteção pelo sistema de

Continuação: Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal?

**propriedade** intelectual. Os programas de computador são protegidos por **direitos** autorais, a exemplo da legislação brasileira (Lei 9.609/98, artigo 2º).

Spacca

A discussão fica complexa quando trata da proteção do resultado gerado por esses programas de computador que servem de base para a IA. Os sistemas de IA participam do processo inventivo em diferentes intensidades, de acordo com o nível de contribuição humana para o resultado.

As tecnologias de IA podem funcionar como ferramentas, auxiliando significativamente pessoas a obterem um resultado criativo e inovador. Nestes casos, é fácil identificar a autoria humana. Na indústria farmacêutica, por exemplo, a IA tem sido usada para acelerar o processo de descoberta de medicamentos, identificando alvos de doenças, fazendo a seleção dos compostos, prevendo a potência dos fármacos. Na pandemia, a Coreia do Sul utilizou um sistema de IA para auxiliar cientistas a desenvolverem kits de teste de coronavírus, os quais ficaram prontos em duas semanas, feito que normalmente leva vários meses por um grande grupo de cientistas. Aqui não há dúvida: de acordo com a legislação, a autoria é humana, apenas auxiliada pela IA.

No entanto, há sistemas de IA que podem gerar um resultado novo e o nexo causal entre a contribuição humana e o resultado é considerado mínimo, diante da ausência de controle humano em relação aos dados utilizados pelo sistema e/ou sobre o resultado originado. São essas as situações para as quais ainda não temos resposta.

Para esses casos, voltemos à minha pergunta inicial: quais as soluções jurídicas apresentadas atualmente? Diante de um pedido de patente em que se indica um sistema de IA como inventor, sob o fundamento de que haveria uma mínima participação humana no resultado inovador, a primeira solução jurídica pro-

posta é considerar a máquina como inventora e conceder a patente.

Austrália assume um inventor

Vem da Austrália a primeira vitória judicial de um sistema de IA como inventor, proferida em julho de 2021. A discussão chegou ao Judiciário em razão de um pedido de revisão da decisão administrativa do Instituto Australiano de Patentes, que havia negado os requerimentos de duas patentes, que indicavam Dabus como o inventor e Stephen Thaler como o titular. Em suma, a decisão administrativa afirmou que, diante da legislação atual, apenas pessoa física pode ser identificada como inventora [1].

Na revisão judicial requerida por Thaler, o juiz da Corte Federal da Austrália, interpretando a legislação nacional, entendeu que um sistema de IA pode ser inventor, embora o requerente da patente tenha que ser uma pessoa física ou jurídica, e que esta é a interpretação mais "consistente com a realidade da tecnologia atual e com a promoção da inovação". Concluiu que o conceito de inventor deveria ser interpretado de forma flexível e evolutiva, do contrário, teríamos que reconhecer que uma invenção gerada por um sistema de IA é patenteável, no entanto, como não há inventor humano, ela não poderia ser patenteada. Decidiu-se que Dabus seria o autor e Stephen Thaler o titular da patente.

O precedente judicial, que era o único no mundo, não vingou. Foi reformado logo depois pela decisão da instância recursal da Austrália [2]. No Brasil, se aprovado o projeto de lei que autoriza que a IA seja inventora, Dabus seria inventor. No entanto, o projeto vai além e determina que o robô seja também o titular da patente, ou seja, aquele que exerce os direitos patrimoniais dela decorrentes. Como implementar isso na prática? Talvez nem a IA saiba responder

A segunda solução proposta para a invenção gerada por um sistema de IA é contrária à proteção patentária, defendendo que a criação fique em domínio



Continuação: Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal?

público, a menos que mantida em sigilo pelos proprietários das máquinas ou programadores.

Foi essa a conclusão brasileira no caso Dabus, adotada na decisão administrativa do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), que não difere, em linhas gerais, das demais decisões administrativas que negaram os requerimentos de patentes, a exemplo do Escritório Europeu de Patentes [3], o Escritório de Marcas e Patentes dos Estados Unidos [4] e do Escritório de Propriedade Intelectual do Reino Unido [5].

Segundo o **INPI**, o artigo 6º da Lei 9.279/96 permite que apenas pessoa física pode ser identificada como inventora, e eventual mudança depende da elaboração de uma legislação específica que considere que as máquinas podem ser inventoras, de preferência antecedida pela celebração de tratados internacionais.

A doutrina acrescenta à conclusão acima outro argumento. Não se justifica tutelar a propriedade intelectual de trabalhos gerados por sistemas de IA, uma vez que os sistemas não são conscientes nem receptivos a incentivos, bem como não recebem os benefícios econômicos decorrentes da patente, como a exclusividade de exploração, razão pela qual não se justifica atribuir autoria nem titularidade às suas criações.

A terceira solução não tem como objetivo discutir se a IA pode ou não ser considerada inventora. Ela pretende, na verdade, dar foco às capacidades da IA para otimizar o processo de invenção humano e discutir o impacto para a atividade inventiva.

Para essa proposta, as invenções atuais geradas total ou parcialmente por IA sempre têm a participação de seres humanos, em maior ou menor grau, de modo que persistem justificativas para a **concessão** de patentes. De fato, as justificativas são menores nos casos em que a intervenção e os esforços humanos para o resultado sejam mínimos e, em razão disso, devem

ser feitas alterações no exame administrativo feito pelos institutos de patentes, o que traria menos impacto para o desenvolvimento tecnológico do que simplesmente considerar como não patenteáveis as invenções geradas por IA.

## Padrão do técnico no tema

Por isso, propõe-se repensar o requisito da atividade inventiva, um dos requisitos de patenteabilidade, elevando o padrão do "técnico no assunto". A Lei da Propriedade Industrial brasileira prevê, no artigo 13, que a invenção possui atividade inventiva sempre que, para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica. Um técnico no assunto, ou profissional do ramo, é uma pessoa com conhecimentos medianos sobre a matéria.

## Freepik

Assim, essa terceira solução propõe que, em havendo o uso generalizado de sistemas de IA para auxílio ao inventor humano em determinado setor, as habilidades do especialista aumentam e uma patente poderia ser concedida se a invenção não for óbvia para um técnico no assunto auxiliado por tecnologias de IA. É muito comum, como vimos, o uso de IA no setor farmacêutico, logo, questiona-se se o parâmetro de técnico no assunto neste caso poderia ser um profissional favorecido pela IA.

Analisadas as três propostas de solução para o inventor robô, concluo com uma observação sobre um ponto que não parece estar recebendo muita atenção: a investigação da dinâmica de mercado específica em que estão inseridos os sistemas de IA e, consequentemente, a necessidade de as empresas terem a patente como forma de incentivo econômico.

Para superar o antropocentrismo que tem, tradicionalmente, caracterizado o conceito de inventor, a solução que admite que sistemas de IA passem a ocupar essa posição se baseia, em especial, em ra-

Continuação: Inventor robô: criações da inteligência artificial merecem proteção legal?

zões econômicas ligadas ao incentivo a investimentos pelas empresas de tecnologia, o que estimularia a inovação.

Mas será que este incentivo por meio da proteção patentária é mesmo indispensável para o equilíbrio e a eficiência do mercado das invenções de IA? A **propriedade** intelectual é apenas uma das formas de incentivo à produção intelectual, de modo que outros métodos de incentivo podem recompensar os agentes econômicos. Para responder à pergunta, importa considerar a dinâmica de mercado específica em que estão inseridos os sistemas de IA:

as mais importantes empresas são bilionárias

elas e as empresas menores podem encontrar outras formas eficientes de recuperar seus custos de pesquisa e desenvolvimento

a marca das empresas de tecnologia e as invenções de IA tendem a ser bens cada vez mais valiosos em seu estabelecimento empresarial.

Ao se optar por alguma das soluções acima, em especial pela primeira (admitir a IA como inventora) e ou a segunda (não admitir a IA como inventora), é crucial investigar se a dinâmica de mercado em que estão inseridos os sistemas de IA é suficiente para que se mantenha um fluxo de investimentos e a eficiência do setor ou se, ao revés, é necessária uma intervenção estatal nas forças livres de mercado, atribuindo direitos de exclusividade por meio de patentes.

Ademais, a IA produzirá um impacto considerável no cenário de empregos em um futuro próximo, tor-

nando desnecessários diversos postos ocupados por humanos. Diante dessa expansão, garantir que em determinados campos, como no criativo e no inventivo, a contribuição humana significativa e seu controle sobre o trabalho inovador sejam necessários para obter proteção legal é uma opção que merece atenção.

[1] Disponível: [[http://www.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdoc/au/cases/cth/APO/2021/5.html?context=1; query=thaler; m ask\\_path=au/cases/cth/APO](http://www.austlii.edu.au/cgi-bin/viewdoc/au/cases/cth/APO/2021/5.html?context=1; query=thaler; m ask_path=au/cases/cth/APO)].

[2] O escritório de patentes da África do Sul concedeu a primeira patente para a invenção do sistema Dabus, considerando-o inventor. O país, no entanto, não tem um sistema de exame de mérito de patentes, o que enfraquece o precedente administrativo.

[3] EPO - European Patent Office. Requerimentos EP 18 275 163 e EP 18 275 174. Disponível em: .

[4] USPTO - United States Patent and Trademark Office. Requerimento 16/524,350. Disponível em: .

[5] UKIPO - United Kingdom Intellectual Property Office. Requerimento GB1816909.4 and GB1818161.0. Disponível: .

Caroline Somesom TaukÉ Juíza Federal No Rio De Janeiro Juíza Auxiliar Na Corregedoria Nacional De Justiça E Membro Do Centro De Pesquisas Judiciais Da Amb.

## A importância da propriedade intelectual no setor de energia



Empresas que investem em proteção adequada de PI estão melhor equipadas para proteger suas inovações  
Crédito: Unsplash

No setor de energia, a inovação é um pilar essencial para a evolução e a competitividade das empresas. Com o crescimento acelerado das tecnologias de energia renovável, eficiência energética e armazenamento de energia, as empresas que operam nesta indústria estão constantemente desenvolvendo novas soluções e produtos. No entanto, com inovação vem a necessidade crítica de proteção por meio da **propriedade** intelectual (PI), um aspecto muitas vezes subestimado que pode determinar o sucesso ou o fracasso de uma empresa no mercado altamente competitivo.

A PI abrange um conjunto de direitos que protege as criações do intelecto humano, incluindo **patentes**, **direitos** autorais, marcas e segredos de negócio. No contexto do setor de energia, a PI desempenha um papel fundamental, protegendo não apenas as inovações que diferenciam as empresas de seus concorrentes, mas também garantindo um retorno sobre os significativos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Sob a perspectiva da Análise Econômica do Direito, a PI surge não apenas como uma proteção legal, mas

também como um incentivo fundamental para a inovação e o desenvolvimento tecnológico. Ou seja, a PI é vista como um mecanismo que aumenta a eficiência de mercado ao equilibrar os custos de inovação com os benefícios proporcionados por novos produtos e serviços.

A partir dessa perspectiva, as **patentes**, por exemplo, permitem que as empresas recuperem os custos associados ao desenvolvimento de novas tecnologias. Ao garantir um período temporário de exclusividade no mercado, as **patentes** proporcionam uma janela onde os inventores podem comercializar suas inovações sem a ameaça de competidores imediatos. Isso, teoricamente, gera um retorno suficiente para cobrir os investimentos em P&D, incentivando assim um ciclo contínuo de inovação. Economicamente, isso é justificado pelo aumento da eficiência produtiva e pela promoção do progresso tecnológico, ambos essenciais para o crescimento sustentável do setor de energia.

Aliás, a Análise Econômica do Direito também destaca a importância da definição clara dos direitos de PI para evitar o que é conhecido como a "tragédia dos comuns" no âmbito da inovação.

Sem proteções de PI claras e aplicáveis, as inovações poderiam ser rapidamente apropriadas por outros, levando a uma situação onde o tempo natural de reação do mercado não forneceria incentivo suficiente para investir em novas ideias devido ao risco de rápida perda da vantagem competitiva adquirida, antes do retorno financeiro associado ao custo e risco da inovação. Esse fator poderia resultar em uma sub-otimização no desenvolvimento de novas tecnologias e numa diminuição da atividade inovadora, o que é particularmente prejudicial em um setor altamente dependente de avanços tecnológicos como o de energia.



Continuação: A importância da propriedade intelectual no setor de energia

Em se tratando de riscos, um dos maiores para as empresas de energia que negligenciam a proteção de sua PI é a vulnerabilidade a infrações e imitações. Em um setor impulsionado pela inovação técnica, por exemplo, a capacidade de manter as tecnologias patenteadas ou os segredos de negócio protegidos é essencial. Sem isso, as empresas correm o risco de ver seus produtos copiados ou seus processos replicados sem compensação financeira. Isso não só diminui o valor da inovação original e, consequentemente, o valor de mercado da própria empresa, mas também pode saturar o mercado, diminuindo o potencial de lucro de produtos genuinamente inovadores.

As **patentes** conferem um direito de exploração exclusiva sobre uma invenção específica em troca de sua publicidade, permitindo que as empresas recuperem os custos de desenvolvimento e explorem comercialmente sua inovação, direta e/ou indiretamente, por meio de cessão e licença de direitos, por exemplo. Por outro lado, os segredos de negócio protegem informações confidenciais que conferem vantagens competitivas, sem a necessidade de registro público. Ambas as formas de proteção são vitais para empresas no setor de energia, oferecendo caminhos diferentes para proteger e explorar suas inovações.

Empresas que realizam P&D em colaboração com terceiros, especialmente do setor público, devem estar cientes das leis de inovação aplicáveis e garantir a proteção adequada da PI resultante dessas parcerias. Além disso, a implementação de uma política interna de **propriedade** intelectual pode orientar as empresas na tomada de decisões estratégicas, garantindo a maximização do valor de seus ativos intangíveis e a minimização de riscos legais.

Nesse sentido, a presença de especialistas em **propriedade** intelectual na equipe pode ser uma vantagem significativa para as empresas, ajudando-as a mitigar riscos legais, identificar oportunidades de proteção e explorar efetivamente seus ativos in-

tangíveis. Esses especialistas podem oferecer orientação especializada em questões complexas de PI, garantindo que as empresas estejam bem posicionadas para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades no mercado.

A proteção inadequada da PI pode expor as empresas a disputas legais dispendiosas. As batalhas judiciais relativas à **violação** de patentes, marcas registradas ou **direitos** autorais podem consumir recursos significativos, distrair a gestão e afetar negativamente a reputação da empresa. Por outro lado, uma estratégia robusta de PI pode servir como uma defesa eficaz contra tais reclamações, além de potencializar o valor da empresa através de licenciamentos e parcerias estratégicas.

Outro aspecto a considerar é o papel crescente das normas internacionais de PI, especialmente para empresas que operam ou planejam expandir suas operações globalmente. A harmonização das leis de PI e os acordos de comércio podem influenciar a forma como a PI é gerenciada e protegida internacionalmente.

As empresas devem, portanto, estar cientes das regulamentações de PI em diferentes jurisdições e desenvolver uma estratégia que maximize sua proteção em todos os mercados-chave. Investidores e financiadores frequentemente avaliam a robustez das proteções de PI de uma empresa como um indicativo de seu potencial de mercado e inovação. Além disso, é fundamental tomar precauções para não violar os direitos de PI de terceiros, especialmente ao lidar com parceiros comerciais estrangeiros e expandir atividades para o exterior.

Com efeito, vários outros benefícios são oriundos de uma estratégia adequada de PI para proteção dos ativos intangíveis, como a facilitação de contratação pública por meio de dispensa de licitação em certos casos ou a possibilidade de ter o ativo como garantia em negociações e empréstimos para alavancar seu negócio.

Continuação: A importância da propriedade intelectual no setor de energia

Em resumo, enquanto o setor de energia continua a evoluir e expandir, o papel da PI como um ativo estratégico torna-se cada vez mais crítico. Empresas que investem em proteção adequada de PI estão melhor equipadas para proteger suas inovações, maximizar seu potencial de mercado, monetizar da melhor forma seus ativos e posicionar-se como líderes na vanguarda da tecnologia de energia. Para essas empresas, a PI não é apenas um seguro, é uma

ferramenta essencial para o crescimento e a competitividade sustentável no mercado global de energia.

José Eduardo FariaAndre Bogossian

# Justiça condena Sicoob a indenizar agência por uso indevido de slogan após fim de contrato

BLOGS



A Justiça do Distrito Federal determinou que a Sicoob deixe de veicular um slogan elaborado por uma agência publicitária com a qual não tem mais contrato e a indenize por danos morais pelo uso indevido do material.

A agência Criativa processou o Sistema de Cooperativas por ter divulgado peças de sua autoria com o mote "Sicoob. Faça parte" mesmo depois de o acordo entre as partes ter expirado. A empresa alegou que não foi feito pagamento pela veiculação conforme constava em cláusula contratual.

A Sicoob alegou que a expressão usada não era passível de registro de marca no âmbito do direito de propriedade intelectual e que ela carecia de originalidade e ineditismo, sendo empregada por outras empresas. Sustentou ainda que sua conduta não viola direito autoral nem descumpria os termos do contrato.

Na sentença, o juiz Jerônimo Goellner escreveu que "é incontroverso que após a extinção do contrato a demandada (Sicoob) utilizou referido slogan sem que tenha recebido autorização da demandante e também sem que lhe tenha pago contraprestação pelo uso".

O magistrado, no entanto, afirmou que o slogan não é propriedade industrial de nenhuma das partes, uma

vez que não fora registrado como marca. Mas entendeu que o mote estava protegida pelas normas da Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

Goellner destacou que a Sicoob se contradisse ao defender que o slogan não era inédito, embora tenha tentado registrá-lo. Segundo o juiz, ao fazê-lo, a empresa externou que a frase era inédita e original, uma vez que somente com esses requisitos seriam passíveis de proteção como propriedade intelectual.

Além de proibir o uso do slogan, a Justiça do DF determinou que a Sicoob indenize a agência em valor ainda a ser calculado. A quantia deve considerar a remuneração prevista no contrato atualizada por aditivos e majorada em 10%, além do acréscimo de juros de mora e correção monetária.

## MIGALHAS nº 5.854

AMANHECIDAS

Terça-Feira, 21 de maio de 2024 - Migalhas nº 5.854.

Fechamento às 08h19.

"Não é que o povo carioca seja um povo forte de espírito firmemente estribado na infalibilidade da ciência. Mas é um povo que ama o riso: e o riso desarma todas as cóleras, sem excluir a cólera de Deus."

Olavo Bilac

Mineiros x Carioca

Ex-funcionário da imobiliária Quinto Andar, em Belo Horizonte/MG, será indenizado após sofrer xenofobia por ser carioca. Se liga na parada sinistra, mermão, os mineiros arrumaram treta com o brother. Fala sério. Qualé, tá de sacanagem? Relaxa aí, se não vai dar ruim! ()

Apocalipse

Como se não bastasse a decisão acima, que pode ensinar um número de ações suficientes para acabar com o Judiciário brasileiro, vejamos a próxima que, se virar moda, não há PJe que dê conta. Confira abaixo se não é o fim dos dias.

Hermenêutica das mensagens do

Mulher indenizará colega por mensagem grosseira em grupo do WhatsApp. ()

Trazendo os paulistas para a treta

Voltando ao caso inicial, em que a unidade mineira da empresa morreu condenada porque os funcionários tiravam sarro de um colaborador carioca, temos uma proposta: os dez leitores que enviarem as melhores piadas envolvendo cariocas e paulistas, ou vice-versa, ganharão uma lembrança migalheira. Envie aqui.

O que vem por aí...

Depois das decisões acima, o que falta agora é indenização porque um palmeirense sacaneou um corintiano, ou um flamenguista falou de um tricolor. E reparem que nem falamos em vascaíno, para não apelar.

Resguardo

Juiz de SC concedeu liminar que permite à candidata participar da prova de repescagem do exame da OAB após o término do seu período de puerpério. ()

Eleições & IA

Prefeito de Guarulhos/SP foi multado pela Justiça Eleitoral por propaganda antecipada e uso indevido de inteligência artificial em uma postagem no Instagram. Magistrado entendeu que a divulgação - mostrando o alcaide em um palco com plateia - continha manipulação por IA sem a devida informação explícita. ()

Se correr o bicho pega...

Nos EUA, o impacto da IA é também sentido na corrida eleitoral e envolveu, até mesmo, a cantora Taylor Swift. Entenda, .

...se ficar o bicho come

Migalhas também chamou a atenção para o possível impacto da IA no pleito municipal de 2024. Especialista destacou o potencial danoso da desinformação, especialmente com uso de deepfakes. ()

Eleições 2024

Na próxima sexta-feira, 24/5, Migalhas realiza o seminário online "Temas atuais de Direito Eleitoral -

Eleições de 2024". Esta você não pode perder! ()

\$\$\$

Se não houver uma lei específica dizendo para onde vão os recursos das multas pessoais, como as de acordos de colaboração premiada, esses recursos devem seguir o art. 91 do Código Penal. Ou seja, na falta de vítimas ou terceiros de boa-fé, o dinheiro vai para a União e só pode ser usado depois de passar pelo processo orçamentário previsto na Constituição. Qualquer outra distribuição é proibida, mesmo que o MP ou um juiz ordene. Essa foi a decisão do STF em julgamento encerrado na sexta-feira, 17. ()

Com o bolso alheio

A questão acima era levantada por Migalhas desde 2018, quando se dizia que o então juiz da 13ª vara de Curitiba tinha destinado dinheiro para isso ou aquilo. Relembre, .

Azar na distribuição...

Ministro Flávio Dino indeferiu pedido liminar dos desembargadores Federais Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz e Loraci Flores de Lima, do TRF da 4ª região, que buscavam a revogação de seu afastamento imposto pelo CNJ. ()

Calvário judicial

Pela segunda vez, ministro Edson Fachin proferiu decisão para conter censura a um documentário que explora acontecimentos da operação Calvário, conhecida como Lava Jato da Paraíba. O desembargador Ricardo Vital de Almeida, mencionado na obra, ajuizou ação por danos morais requerendo que a produção fosse tirada do ar. O STF já havia se manifestado para anular decisões do 2º JEC de João Pessoa/PB que acolheram o pedido do desembargador, mas o posicionamento do STF foi desrespeitado e os jornalistas responsáveis pelo documentário precisaram ajuizar nova reclamação

na Corte. ()

Teoria da imprevisibilidade no caso do RS

Em meio à calamidade pública no Estado do RS, um debate surge com relação à revisão de contratos. Em entrevista ao Migalhas, a advogada Karina Nunes Fritz discute as complexidades e necessidades de revisão contratual diante de eventos imprevistos como pandemias e desastres naturais, e a posição dividida do Judiciário sobre o tema. Veja a análise. ()

Remoção compulsória

A maior enchente já registrada no RS desencadeou tristes ações de remoção compulsória de moradores em áreas de risco, sob autorização judicial. O ato, necessário para salvar vidas, levanta questionamentos sobre possíveis conflitos de direitos fundamentais, como o direito à autonomia individual versus a proteção à saúde. Ao Migalhas, Eudes Quintino de Oliveira Júnior e o defensor público João Victor Rozatti Longhi discutem a complexidade da situação, enfatizando a importância de abordagens que respeitem a dignidade humana, mesmo em contextos de emergência. ()

Problema antigo

Há 83 anos, em 1941, enchentes também assolaram o Rio Grande do Sul. Na época, cerca de 70 mil pessoas, de uma população de 272 mil habitantes, tiveram que abandonar suas casas, e a recuperação levou anos. Veja o que dizia o noticiário na época. ()

Reforma do Código Civil

Entidades pedem ao Congresso que conduza a análise do projeto de novo Código Civil com máxima serenidade, como o tema demanda, com debates profundos e sem precipitação, "respeitando-se a magnitude da matéria". ()

Cobrança de honorários

Para 2ª turma do STJ, não é necessária ação autônoma do INSS contra o Estado para reaver os honorários periciais antecipados em casos onde o autor, beneficiário de assistência judiciária gratuita, teve seu pedido negado. ()

## Mercantilização da advocacia

OAB/GO mandou retirar estandes de escritórios de advocacia em feira de shopping e suspendeu inscrição dos advogados responsáveis. A ação foi motivada pelo uso de estandes para promover e divulgar serviços advocatícios, o que seria mercantilização da advocacia e captação indevida de clientela. ()

## Competência em razão da...

TST permitiu que uma aposentada ajuíze ação contra um escritório de advocacia na cidade onde reside atualmente, em vez do local onde prestou serviços. Para o colegiado, o escritório não sofrerá prejuízos em sua defesa, uma vez que atua nacionalmente. ()

## Penhora de salário

Juíza de SP determinou a penhora de 40% do salário de Kenneth Steven Pope, CEO da SouthRock, antiga operadora da Starbucks no Brasil. A decisão faz parte de um processo movido pela empresa Travessia, que concedeu crédito financeiro à SouthRock. ()

## Franquia

Após pedido de destaque de Flávio Dino, STF vai julgar em plenário físico recurso sobre incidência de ISS em atividades de franquias e serviços de agências franqueadas dos Correios. Até o momento, o placar é de 5 a 4 para acolher o recurso que pede a incidência do imposto somente para atividades que não sejam consideradas serviços postais. ()

## Saidinha de banco

Banco deverá indenizar em R\$ 150 mil viúva de um

homem vítima de latrocínio ocorrido após sair do estabelecimento bancário onde havia sacado uma quantia elevada. ()

## Nas alturas

Duas empresas foram condenadas a indenizar em R\$ 100 mil um funcionário que sofreu acidente ao ficar pendurado a 140 metros de altura em uma estrutura metálica no topo de um prédio em construção. Juíza de SP concluiu que o trabalhador jamais teria ficado pendurado se a plataforma não tivesse cedido devido à inadequação das talhas utilizadas. ()

## Patente

TJ/SP negou recurso de empresa e manteve decisão que determinou abstenção de uso e indenização por **violação** de patente de bloco modular para composição de floreiras verticais, chamado de "garden wall". ()

## Migas

TJ/SP anula sentença de reconhecimento de paternidade após falha em coleta. () DF terá de indenizar mãe socioafetiva de menor morto por policial. () Empresa é condenada por má qualidade na filmagem de casamento. () TJ/MG condena fabricante de prótese mamária por risco de câncer. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiaadores de Migalhas

## Colunas

## Reforma do Código Civil

A disciplina da responsabilidade civil por risco da atividade na reforma do Código Civil, por Nelson Rosendal. ()

## Migalhas de Responsabilidade Civil

Fabício de Souza Oliveira, José Luiz de Moura Fa-  
leiros Júnior e Nelson Rosenvald tratam da evolução  
do Direito Societário da UE conforme a classificação  
proposta por Stefan Grundmann, utilizada para con-  
textualizar a aprovação da nova Diretiva sobre o de-  
ver de diligência das empresas em matéria de  
sustentabilidade e direitos humanos. ()

## Questão de Direito

O controle da legitimidade das associações na pro-  
positura de ações coletivas, sob o prisma da re-  
presentatividade adequada, é tema abordado por  
Ernani Meyer. ()

## Registralhas

Vitor Frederico Kümpel e Gustavo Casagrande Can-  
nehu trazem as primeiras impressões do provimento  
161/24, do CNJ, que ajusta normas essenciais do CN-  
N, corrigindo erros anteriores e aprimorando as dis-  
posições relativas à prevenção de crimes financeiros,  
aumentando a eficácia e precisão das comunicações  
obrigatórias ao Coaf. ()

## Migalhas de Direito Médico e Bioética

Transplante de órgãos, tecidos e partes do corpo hu-  
mano. O que esperar da campanha "Um só coração"?  
Veja a análise de Fernanda Schaefer e Gabriel Mas-  
sote. ()

## Migalhas de peso

- "Limites para penhora de ativos financeiros", por  
Kiyoshi Harada (Harada Advogados Associados). ()

- "Divórcio unilateral - Nova modalidade de divórcio  
no anteprojeto do novo CC", por Cristiane Aparecida  
Marion Barbuglio (Braga & Garbelotti - Consultores  
e Advogados). ()

- "MTE suspende exigibilidade dos recolhimentos de  
FGTS para empregadores do RS", por Mateus Gas-

parotto Crescente (Andrade Maia Advogados). ()

- "O navio de Teseu e a autonomia mitigada da hol-  
ding patrimonial", por Guilherme Barros (Mazzotini  
Advogados Associados - MAA). ()

- "Novas cláusulas impostas aos lojistas pelos shop-  
ping centers", por Daniel Cerveira (Cerveira, Bloch,  
Goettems, Hansen & Longo Advogados As-  
sociados). ()

- "Mem de Sá, Francisco Romeiro e a escritura pú-  
blica de 1546", por Luiz Walter Coelho Filho (Me-  
nezes, Magalhães, Coelho e Zarif Sociedade de  
Advogados). ()

- "Descubra a linha tênue entre concussão e extorsão  
no Direito Penal brasileiro", por Ricardo Henrique  
Araújo Pinheiro (Araújo Pinheiro Advocacia). ()

- "O mercado de recebíveis imobiliários e o caso Con-  
fidere", por Clovis Torres (Mello e Torres Ad-  
vogados Associados). ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## Crime tributário

Cláudia Seixas (Cláudia Seixas Sociedade de Ad-  
vogados) explica, em vídeo, o que é crime tributário.  
Confira, .

## Reforço

Completando 25 anos no mercado jurídico, o es-  
critório Battaglia & Pedrosa Advogados anuncia Ca-  
mila Roque, Isabela Orsi e Bruna Sales como novas  
integrantes da área de Contencioso Cível. ()

## Solidariedade

Marcelo Tostes Advogados precisou desocupar sua

unidade de Porto Alegre devido às enchentes que assolaram o Estado nas últimas semanas. CEO da banca, Marcelo Tostes está no Estado como voluntário. O escritório organizou uma "vaquinha" direcionada à Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do RS e à OAB/RS. Saiba como ajudar, .

## Baú migalheiro

Há 120 anos, em 21 de maio de 1904, foi fundada, em Paris, a FIFA - Federação Internacional de Futebol Associação. Filiada ao Comitê Olímpico Internacional, possui 211 organizações esportivas privadas associadas representando o esporte em países ou territórios. É a instituição internacional que possui a segunda maior quantidade de associados do mundo. (Compartilhe)

## Sorteio da obra

Chegou no mercado a nova Coleção de Minicódigos 2024 das áreas Civil, Penal, Trabalhista e Constitucional, "Constituição Federal" (Edipro 334p.) e "Consolidação das Leis do Trabalho" (Edipro 287p.), escritas por Jair Lot Vieira. Participe do sorteio! ()

## Novidades

Amanhã, o escritório Justen, Pereira, Oliveira & Talamini - Advogados Associados realiza em sua unidade de Brasília o lançamento dos livros "Curso de Direito Administrativo", de Marçal Justen Filho, e "Novas Questões em Licitações em Contratos", obra coletiva coordenada por Karlin Olbertz Niebuhr e Rodrigo Goulart de Freitas Pombo. () Dia 6/6, das 10h30 às 14h, acontece o lançamento do livro "A advocacia extrajudicial nos cartórios", na sede da OAB/SP. O livro é coordenado por Rachel Ximenes (Celso Cordeiro & Marco Aurélio de Carvalho Advogados), Arthur Del Guércio e Lucas Del Guércio. Todos os ganhos provenientes do evento serão integralmente revertidos para auxiliar na causa da catástrofe ocorrida no RS. () Em colaboração com a

Thomson Reuters - Revista dos Tribunais, o professor José Miguel Garcia Medina (Medina Guimarães Advogados) disponibilizará um lote exclusivo de livros autografados para ajudar o RS. Toda a verba arrecadada será destinada às vítimas do Estado. () Warde Advogados divulgou edição do "Direito da Conformidade - Alerta de Compliance" sobre "AGU publica portaria normativa sobre o rito interno de responsabilização de pessoas jurídicas nos termos da lei anticorrupção". () Avelar Advogados apresenta a pauta penal da semana com os julgamentos relevantes do STF. para conhecer a principal questão criminal que será enfrentada: ADPF para que seja vedado expressamente às partes e seus advogados fazerem menção à vida sexual pregressa ou modo de vida da vítima em audiência de instrução de crimes contra a dignidade sexual.

## Migalhíssimas

Hoje, Demarest Advogados e a Consultoria Tendências realizam debate virtual para analisar o PL 68/24, apresentado em abril, pelo Executivo, para regulamentar a reforma tributária sobre o consumo. O projeto institui o IBS, a CBS, e o IS. Participam do debate os sócios Douglas Mota, Fabio Florentino e Thiago Abiatar Lopes Amaral, da área Tributária do escritório, ao lado de Fabiana Tito, sócia e diretora de Novos Negócios, e de Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de Macroeconomia e Análise Setorial da consultoria. () Juliana Abrusio, do escritório Machado Meyer Advogados, será uma das palestrantes do "Digitalks AI & Martech", dedicado a explorar as últimas inovações, estratégias e tendências no universo da IA e marketing tecnológico. O evento acontece amanhã, das 9 às 17h, no Cubo Itaú, em SP, e, além das apresentações, proporciona oportunidades de networking e interação entre os participantes, criando um ambiente propício para trocas de conhecimento e conexões estratégicas. () Amanhã, a advogada Melina Fachin (Fachin Advogados Associados) estará no painel "Desafios e impacto da Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos" do seminário internacional "Mecanismos



Nacionais de Implementação de Decisões Estruturais". O evento, sediado pelo STF, tem participação de juízes e juízas da Corte Interamericana e reconhecidos especialistas em Direitos Humanos e Direito Internacional. () Carlos Pianovski (Fachin Advogados Associados) será um dos professores do curso presencial "Contratos Empresariais", promovido pelo Instituto Prof. Assis Gonçalves. O curso acontece amanhã, das 18h30 às 22h, em Curitiba (rua Henrique Itiberê da Cunha, 811, bairro Bom Retiro). Galapos Capital realiza o seminário "Wealth Planning - Planejamento Sucessório e alterações Normativas-Riscos e Estratégias" dia 23/5, às 18h30, em BH. Na ocasião, o advogado Fernando Moura, do escritório Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados, ministra palestra ao lado de Erika Constantino, sócia Wealth Planning da Galapagos Capital, entre outros participantes. Do escritório AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente da Comissão dos Direitos da Mulher do IAB, Rita Cortez palestra na abertura do evento "Trabalho e igualdade de remuneração: Lei 14.611/2023", que acontece dia 23/5, às 14h, no IAB (av. Marechal Câmara, 210, Centro, RJ). Também será transmitido pelo YouTube e aos estudantes de Direito que participarem serão concedidas três horas e meia de estágio. () Dia 23/5, será realizada em Atlanta/Geórgia, a "GLIPA Global IP Conference", evento organizado pela Global Intellectual Property Alliance. A conferência tem como objetivo realçar a necessidade de trabalhar em colaboração para reforçar os ecossistemas de inovação em todo o mundo em benefício das pessoas, promovendo uma maior sensibilização, o diálogo regional e a criação de redes sobre questões fundamentais de PI. O sócio-fundador do escritório Montauray Pimenta, Machado & Vieira de Mello Advogados e membro do conselho diretivo da GLIPA, Luiz Edgard Montauray Pimenta, participa do evento. Ana Tereza Basilio, da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, dará palestra dia 28/5, às 10h, no auditório do Madureira Shopping, no evento promovido pela OAB Mulher da 32ª subseção (Madureira/Jacarepaguá) e pela Associação das Mulheres Ad-

vogadas da Zona Oeste do Rio de Janeiro (Amazoeiro RJ), com o tema "Sociedade e Representatividade Política". O evento é gratuito e aberto ao público. Marlus Arns de Oliveira, diretor de Processo Penal do Instituto de Advogados do Paraná e sócio do escritório Arns de Oliveira Advogados Associados, participou da reunião do Conselho do IAP/PR no início do mês. Um dos eventos sob sua coordenação foi a palestra do advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira (Advocacia Mariz de Oliveira), que falou sobre "Liberdade" e aconteceu dia 16/5. Dias 14 e 15/5, Renato Opice Blum, do escritório Opice Blum Advogados Associados, esteve na "Brazilian Week 24", participando de painéis, palestra e fóruns durante o evento. () Na edição de 2024 da "Análise Advocacia Regional", escritório Chenut foi reconhecido em primeiro lugar entre os escritórios mais admirados do Estado de MG.

## Direito tributário

Hoje, a partir das 8h30, IASP promove o "III Congresso Internacional de Direito Tributário do IAT". ()

## Contratos

Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo está com inscrições abertas para o curso de "Prática em Contratos: Técnicas de Estruturação, Redação e Análise". As inscrições vão até 11/6 e o início das aulas em 15/6. ()

## Processos judiciais

Radar - Gestão para Advogados realiza no dia 27/5, às 19h, o curso "Provisionamento de Processos Judiciais e Administrativos" que aborda temas essenciais para prática jurídica, capacitando a evitar riscos, estabelecer estratégias padronizadas, realizar prognósticos precisos e tomar decisões mais inteligentes. Inscreva-se. ()

## Propriedade Intelectual

No dia 28/5, das 18h30 às 21h30, **ABPI** - Associação Brasileira da Propriedade Intelectual promove o evento "Coquetel em homenagem ao Dr. David B. Kellis". ()

Fintechs e Meios Eletrônicos

FGV Direito SP está com inscrições abertas para o curso de curta duração em "Fintechs e Meios Eletrônicos de Pagamento". As inscrições vão até 19/7 e início das aulas em 12/9. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MG/Leopoldina

MG/Piedade dos Gerais

MG/Pirapetinga

SC/São Cristovão do Sul

SP/Tabapuã

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"More Guns and Looser Laws Ravage Ohio City"

The Washington Post - EUA

"Death of Raisi adds to volatility in Mideast"

Le Monde - França

"Gaza: Israel reconfigure sa conduite de la guerre"

Corriere Della Sera - Itália

"Chiesto l'arresto per Netanyahu e i capi di Hamas"

Le Figaro - França

"Loi fin de vie: les députés font tomber les garde-fous"

Clarín - Argentina

"Milei acusó a Sánchez de 'cobarde' y de trabajar con los K para sabotear su gobierno"

El País - Espanha

"El fiscal de La Haya pide detener a Netanyahu y a la cúpula de Hamás"

Público - Portugal

"MP arquiva inquérito a 'cerco' ao Capitólio por forças de segurança"

Die Welt - Alemanha

"Irans Präsident Raisi stirbt bei Helikopterabsturz"

The Guardian - Inglaterra

"'Day of shame': deadly cover-up of blood scandal finally exposed"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Morte de presidente do Irã, possível sucessor do aia-

Continuação: MIGALHAS nº 5.854

tolá, abre dupla disputa de poder"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Morte de presidente mergulha país em incertezas políticas"

O Globo - Rio de Janeiro

"Mercado piora projeções para juros, inflação e crescimento"

Estado de Minas Gerais - Minas Gerais

"Prefeitos aumentam pressão em Brasília"

Correio Braziliense - Brasília

"Prefeitos vão cobrar do Planalto ajuda contra desastres ambientais"

Zero Hora - Porto Alegre

"Setor produtivo estima perda de ao menos R\$ 40 bilhões no PIB"

O Povo - Ceará

"Preço do arroz dispara 16,5% no Ceará"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Petrobras faz proposta para desistir de venda da Rnest"

## Índice remissivo de assuntos

**Direitos Autorais**

3, 5, 12, 16, 19

**Marco regulatório | INPI**

8, 12

**Marco regulatório | Anvisa**

10

**Patentes**

10, 12, 16, 20

**Entidades**

10

**Propriedade Intelectual**

12, 16, 19

**ABPI**

20